

DRAUZIO VARELLA

Prisioneiras



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2017 by Drauzio Varella

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa

Christiano Menezes/ Retina_78

Fotos de capa e miolo

Rodrigo Marcondes/ Garapa

Preparação

Ciça Caropreso

Revisão

Jane Pessoa

Fernando Nuno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Varella, Drauzio

Prisioneiras / Drauzio Varella. — 1ª ed. — São Paulo :
Companhia das Letras, 2017.

ISBN 978-85-359-2904-1

1. Penitenciária do Estado (São Paulo) 2. Prisões – Brasil
3. Prisioneiras – Cuidados médicos 4. Prisioneiras – São Paulo
(Estado) I. Título.

17-03640

CDD-356.66

Índice para catálogo sistemático:

1. Prisioneiras : Assistência : Problemas sociais 356.66

[2017]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras

Sumário

Apresentação, 7

A chegada, 11

A hierarquia, 19

Gaiolas, galerias e celas, 21

Gritaria infernal, 26

Santíssima inocência, 30

Solidão, 38

Os filhos, 45

Multiparidade, 50

Álcool, maconha e cocaína, 55

Questão de moral, 66

Graças a Deus, 73

O trabalho, 78

Informalidade, 87

Custo de vida, 95

Agentes penitenciárias, 100

Valdemar Gonçalves, 108
O relógio, 115
O Comando, 120
O Comando da Feminina, 126
As Ideia, a Torre e o Supremo Tribunal, 130
Cadeias comandadas, 135
Violência e confinamento, 143
Sapatões, 148
Entendidas, 156
Violência sexual, 167
Lu Baiana, 174
Valdê, 177
Mariazinha da 45, 181
Obsessão fatal, 187
Vozes demoníacas, 193
As pontes, 199
Em nome da lei, 206
Presente de Natal, 210
Precocidade, 216
Tia Maluca, 220
Vavá, 224
O amor de Marilisa, 231
Nica, 237
Celas especiais, 246
Chininha, 252

Epílogo, 259

Apresentação

Prisioneiras é o último livro de uma trilogia.

O primeiro, *Estação Carandiru*, publicado em 1999, foi o resultado dos dez primeiros anos em que trabalhei como médico voluntário na Casa de Detenção de São Paulo. A primeira ideia não era escrever um livro, mas criar uma coluna policial para o *Notícias Populares* — jornal de grande circulação na época — em que eu pudesse contar as histórias que ouvia na cadeia.

Ao iniciá-las, me deparei com a dificuldade de falar sobre um presídio com mais de 7 mil detentos para leitores que não tinham a menor ideia das instalações. Como contar casos que se passavam nos sete pavilhões sem precisar descrevê-los todas as vezes?

Para sair do impasse, achei melhor preparar uma descrição detalhada das principais características de cada um, para ter à mão um texto-base ao qual pudesse recorrer conforme a narrativa exigisse. Embora frequentasse semanalmente a cadeia havia sete anos, voltei aos pavilhões com o olhar de escritor.

Nas visitas percebi que a arquitetura e as divisões internas dos

prédios eram inseparáveis das interações antropológicas entre os que cumpriam penas no interior deles. A pretensão de apresentar ao leitor as instalações da cadeia, os prisioneiros, seus costumes, códigos de comportamento e suas histórias de vida transcendia o espaço disponível nas colunas jornalísticas.

Estação Carandiru foi lançado numa quarta-feira. Quando abri os jornais no sábado, tomei um choque: estava nas primeiras páginas e nos cadernos de cultura de maior circulação do país; nos dias seguintes vários colonistas escreveram sobre o livro. Jamais imaginei tamanha repercussão; deu até um pouco de medo.

O livro não me trouxe ilusões literárias. Sempre estive consciente de que seu mérito foi levar para fora das muralhas a vida que pulsava naquele microcosmos.

Estação Carandiru foi traduzido em várias línguas e adaptado para o cinema e a televisão por Hector Babenco, amigo querido que se retirou, deixando muitas saudades. Deu origem, ainda, a um espetáculo teatral e a uma versão radiofônica na BBC.

Naqueles dias, ao sair da cadeia depois do atendimento, criei a rotina de me encontrar com os agentes penitenciários que terminavam o expediente, para uma cerveja num dos bares das redondezas, ocasiões imperdíveis para ouvir histórias do mundo do crime e dar risada das besteiras ditas sob a influência do álcool.

Quando cheguei ao Carandiru, eles me tratavam com respeito e a devida distância. Desconfiados, mudavam de assunto quando eu me aproximava, tergiversavam e davam respostas evasivas às minhas curiosidades. Com ar de ingenuidade, perguntavam se eu pertencia a alguma associação de defesa dos direitos humanos, igreja evangélica ou se tinha a pretensão de me candidatar a deputado.

Levou tempo para se acostumarem com minha presença. Mais tempo ainda para confiarem a mim os pecados cometidos no exercício da profissão.

Receoso de perdermos o convívio quando o Carandiru foi implodido, propus que continuássemos a nos reunir nos bares da Zona Norte e do centro da cidade a cada duas ou três semanas, rotina que procuramos manter até hoje. Nessa convivência, ganhei amigos verdadeiros e tive a ideia de escrever *Carcereiros*, o segundo livro da trilogia, publicado em 2012, treze anos depois de *Estação Carandiru*. *Carcereiros* está sendo adaptado para a televisão pela tv Globo.

Depois da implosão do Carandiru, passei a atender os detentos da Penitenciária do Estado, que na época albergava 3 mil homens. O trabalho durou pouco mais de três anos, até a penitenciária ser transformada no presídio feminino, onde sou médico voluntário desde 2006.

Este livro é uma espécie de *Estação Carandiru* de uma prisão com mais de 2 mil mulheres. Nele procuro apresentar um pouco do que vi, escutei e pude aprender nestes onze anos na Penitenciária Feminina da Capital.

Prisioneiras completa a trilogia de uma experiência iniciada há 28 anos.

A chegada

— Seja bem-vindo à casa das doidas, doutor.

Com essas palavras fui recebido pelo funcionário atarracado que me abriu o portão de ferro sob o pórtico que dá acesso aos jardins da Penitenciária do Estado, construída como prisão-modelo nos anos 1920, pelo arquiteto Ramos de Azevedo, o mesmo que projetou o Teatro Municipal de São Paulo, obra-prima da arquitetura paulistana do início do século xx.

Segui pelo caminho de asfalto margeado por pinheiros e sibipirunas centenárias que projetam um sombreado generoso à passagem do visitante. Chegando ao presídio, à esquerda, um taquaral cerrado, com bambus amarelos de mais de vinte metros de altura; à direita, três policiais militares conversavam junto às portas abertas de uma viatura. À minha frente, a muralha com as guaritas de vigia e o portão cinza de madeira maciça com mais de um palmo de espessura, suficientemente largo para dar passagem aos caminhões de entrega, alto, majestoso como o das fortalezas medievais. Na parede acima dele, gravado em letras pretas: “Instituto de Regeneração”.

Sambista, funcionário que eu havia conhecido nos tempos do antigo Carandiru, abriu a pequena porta que dá passagem aos transeuntes, encravada no portão monumental, e me estendeu a mão, sorridente:

— Firmeza, doutor? Com nós outra vez?

Atravessei a portaria, cumprimentei a funcionária do guichê aberto à direita e me dirigi à gaiola gradeada que dá acesso ao pátio interno.

No pátio amplo, doze palmeiras-imperiais contra o céu — duas delas tão imponentes quanto as mais altas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro — e um jardim de cada lado com azaleias e roseiras floridas, ambos cercados com tela de arame para conter os patos barulhentos criados em seu interior. À minha frente, o prédio da administração, acessível por duas escadarias laterais que se unem num terraço de entrada. No frontispício, os dizeres gravados há quase um século: “Aqui, o trabalho, a disciplina e a bondade resgatam a falta cometida e reconduzem o homem à comunhão social”.

No centro, sob as escadas e o terraço, um portão gradeado dá acesso à galeria central que atravessa e divide a penitenciária em duas metades. A três metros dele, outro portão forma uma nova gaiola. Entre os dois, uma sala de controle gradeada, com duas funcionárias em escrivatinhas da metade do século passado e computadores quase da mesma época ligados a um emaranhado selvagem de fios. Na parede, uma tábua larga com uma dúzia de algemas penduradas.

Ao lado dessa sala, há dois corredores. O que fica à esquerda de quem entra leva à enfermaria e às celas de inclusão, parada obrigatória das presas recém-chegadas enquanto aguardam a distribuição pelos pavilhões. O do lado oposto conduz à cozinha industrial, ampla e espaçosa, que parece um formigueiro de mulheres de calça laranja e touca branca.

Seguindo em frente e em linha reta pela galeria central, até o fundo da cadeia, há que atravessar as gaiolas de entrada do Primeiro, Segundo e Terceiro Pavilhão.

Eu conhecia bem o ambiente. Depois da implosão do Carandiru, havia trabalhado lá como voluntário durante três anos, até a Penitenciária do Estado deixar de ser a cadeia masculina que historicamente foi. Saí quando começaram a transferir os presos para dar lugar às mulheres que superlotavam as prisões femininas existentes no estado.

Já tinha vivido a experiência da desativação do Carandiru. Nada mais deprimente do que o silêncio, o eco das portas de ferro nas galerias desertas, um ou outro detento contemplativo à porta da cela, guardas ensimesmados na cadeira ao pé da gaiola. O vai pra lá e pra cá, o entra e sai dos xadrezes, o passa-passa agitado é o que dá vida às cadeias; sem esse movimento constante desde a abertura, às oito da manhã, até a tranca no fim da tarde, a atmosfera é tomada pela melancolia das horas que se arrastam. Quando a noite cai, o ambiente é o de um casarão mal-assombrado.

Logo à esquerda, antes da grade de acesso aos pavilhões, a sala de atendimento estava lotada. Numa mesinha, o funcionário Valdemar Gonçalves, que me acompanha desde os tempos do Carandiru, colocava em ordem os prontuários médicos e distribuía senhas de atendimento às prisioneiras, vestidas de calça cáqui e camiseta branca. Uma cortininha fazia a separação entre a sala de espera e o consultório, que não passava de um compartimento espremido, sem janela, com uma mesa de plástico, duas cadeiras do mesmo material e a maca para exame ginecológico.

Os problemas de saúde eram muito diferentes daqueles que eu havia enfrentado nas prisões masculinas. Em vez das feridas mal cicatrizadas, sarna, furúnculos, tuberculose, micoses e as infecções respiratórias dos homens, elas se queixavam de cefaleia, dores na coluna, depressão, crises de pânico, afecções ginecoló-

gicas, acne, obesidade, irregularidades menstruais, hipertensão arterial, diabetes, suspeita de gravidez. Afastado da ginecologia desde os tempos de estudante, eu não estava à altura daquelas necessidades.

O falatório ininterrupto na sala de espera era de atordoar. Por duas vezes precisei interromper a consulta e abrir a cortina para explicar que não conseguia auscultar os pulmões nem medir a pressão de ninguém no meio daquela balbúrdia, advertência jamais necessária em presídios masculinos.

Num aspecto, entretanto, as duas experiências se assemelham: o grande número de doentes à espera, realidade que torna impossível dedicar muito tempo à mesma pessoa, tarefa especialmente árdua no caso das poliqueixosas. Com a sala de espera apinhada, é impossível resolver os problemas de alguém que diz sofrer de “agulhadas pelo corpo inteiro, problema de tireoide, bronquite, prisão de ventre, enjoo, falta de apetite, dor nos rins, pressão alta, bexiga caída e sistema nervoso” — queixas que me foram apresentadas, exatamente nessa ordem, por uma senhora de cabelo comprido à moda evangélica, presa na divisa do Paraná com vinte quilos de maconha no fundo falso do porta-malas do carro do marido, que desconhecia as atividades ilícitas da esposa. Ou satisfazer às expectativas de uma jovem de aparência saudável que alegava ter vindo à consulta com o objetivo de “fazer todos os exames”.

Quando já havia consultado perto de vinte pacientes, outras tantas para ser atendidas, uma gritaria assustadora ecoou pela galeria.

É preciso ter sangue-frio nessas horas. A mais insignificante demonstração de insegurança ou nervosismo pode ser interpretada como covardia e jogar por terra uma reputação construída no decorrer de muitos anos. Permanecer impassível, quando o impulso natural é fugir de medo, exige autocontrole e experiência prévia.

Levantei e abri a cortininha do consultório no exato instante

em que o tropel invadiu a sala de espera aos gritos de sai da frente, sai da frente. No meio da confusão, vi uma loira miúda com o rosto e o cabelo ensanguentados carregada por duas mulheres que a seguravam pelos braços e por outras duas que lhe sustentavam as pernas, enquanto uma negra forte de calça justa e seios fartos amparava a cabeça desfalecida.

Só consegui que a moça chegasse à maca do consultório quando gritei para que abrissem caminho e parassem com o escândalo.

Disseram que se chamava Marcinha. Tentei despertá-la repetindo seu nome junto ao ouvido. Não respondia, mas não parecia desacordada, tinha o pulso cheio, os batimentos cardíacos em ritmo normal e as pálpebras trêmulas e resistentes quando eu forçava a abertura dos olhos.

Molhei um pano para enxugar o sangue e identificar a fonte do sangramento. Todas se afastaram, menos a negra forte, Janaína, que permaneceu aflita à cabeceira da maca, balbuciando palavras indecifráveis em ritmo de oração religiosa.

Imaginei que a hemorragia viesse do couro cabeludo, região muito vascularizada, capaz de espalhar sangue pelo corpo inteiro, mas nada encontrei. Com delicadeza, acabei de limpar a face: nenhum ferimento.

Só então percebi que a mão direita tinha diversos cortes, pequenos e superficiais:

— Ela esfregou a mão no rosto? — perguntei a Janaína.

— Acho que sim — respondeu —, nós tivemos um desentendimento.

Com os olhos marejados, debruçou-se sobre a maca, beijou a testa e acariciou o rosto de Marcinha, a quem chamou de minha lindinha, meu bichinho do mato e amorzinho do meu querer.

Quando comecei o curativo, a loirinha abriu os olhos com ares de quem despertou em Alfa Centauro, olhou para a mão e depois para a namorada como a pedir explicação:

— O doutor vai resolver, foi um machucadinho de nada — disse Janaína.

Saíram da sala abraçadas, Janaína amparando o amorzinho do seu querer, que andava com passos firmes, prontamente restabelecida.

Fui lavar as mãos na pia. Quando voltei, uma das detentas que havia trazido a paciente desabou na cadeira em frente à minha:

— Ai! Agora eu é que preciso de médico. Estou à beira de um colapso de nervos.

Era Marise, magra e de rosto sardento envelhecido para os quarenta e poucos anos que deveria ter. Medi a pressão, contei o pulso, auscultei o coração e procurei tranquilizá-la.

Mais calma, ela se apresentou como a líder da cadeia, ligada à facção que dominava todos os presídios femininos de São Paulo e a maioria dos masculinos, condenada a 26 anos, conforme justificou:

— Por envolvimento em dois sequestros, entre outros beós mais leves.

Queixou-se de que estava exausta, não suportava mais tanto estresse.

— Tudo que acontece no pavilhão é comigo. Sou eu pra cá, eu pra lá, eu pra acolá o tempo inteiro. Ainda enlouqueço neste inferno. Cadeia foi feita pra homem, doutor, mulher não tem procedimento. Aqui elas brigam até por um lugar no varal pra pendurar a calcinha.

Não precisei insistir para que ela descrevesse com minúcias o conflito que acabara de ocorrer.

Marcinha e Janaína moravam na mesma cela. As brigas por ciúmes eram tantas que a mulata andava pela galeria de cabeça baixa:

— Para não atçar a onça com vara curta.

Naquela tarde, Janaína estava sozinha, ocupada com a faxina

da cela, quando uma vizinha de seios tão exuberantes quanto os dela, cabelo vermelho e calça justa, entrou para pedir um sabão emprestado. Era Silvana, garota de programa dependente de cocaína, que fora presa por aplicar o conto do suador, modalidade na qual o cliente era chantageado e achacado em pleno ato sexual por um gigolô que se fazia passar por investigador de polícia.

Marcinha, que não mantinha relações propriamente cordiais com Silvana, apareceu como um raio na porta da cela.

— Tá querendo o que com a minha mulher, sua vagabunda? Já não avisei pra ficar longe dela?

Janaína tentou justificar a presença da vizinha, que se retirou incontinente. Falou do sabão, da falta de interesse pela outra, do amor que sentia pela namorada possessiva, mas foi de pouca valia. Pelo contrário, quanto mais Janaína explicava, pior, mais agitada ficava a companheira.

Num repente, a loirinha levantou o colchão da cama, colocou uma lâmina de barbear entre os dedos e avançou na direção de Janaína, muito mais forte do que ela.

— Vou te transfigurar, sua puta sem-vergonha. Quero ver que mulher vai olhar pra tua cara.

Entre as que se agruparam à porta do xadrez à espera do desenlace, dona Assunção do Bexiga, traficante de crack com diversas passagens, que meses mais tarde tratei de pneumonia, correu para chamar Marise, que conversava com uma amiga no pátio interno. Só ela para impedir o despecho sangrento.

Na cela, a líder encontrou Marcinha furiosa, a desferir golpes de lâmina na direção do rosto da parceira, que os aparava com uma toalha de banho enrolada no braço.

— Para já com isso, maluca — Marise gritou com autoridade.

Foi como se tivesse falado com a parede. Repetiu a ordem diversas vezes, aos berros.

Convencida de que a agressora acabaria atingindo a outra, justamente numa semana em que havia recebido ordens da facção para manter o pavilhão em paz, Marise descalçou a sandália e começou a bater na mão que segurava a lâmina.

Quando Marcinha viu o sangue escorrer entre os dedos, apressou-se em espalhá-lo pelo rosto. Em seguida, caiu para trás como se tivesse perdido os sentidos.

A hierarquia

Cena como essa jamais teria ocorrido em cadeia de homens. Inimaginável um líder de pavilhão obrigado a desarmar um desafeto a sapatadas. Uma alteração entre dois presos deflagrada em momento impróprio acabaria no instante em que o chefe apon-tasse na galeria.

Em liberdade ou aprisionados, os homens são muito atentos à hierarquia: cumprem as ordens dos superiores com o mesmo rigor com que exigem obediência de seus subordinados. A restrição do espaço físico só ressalta a relevância dessa coerência.

Transmitido dos mais experientes aos principiantes, sem a necessidade de uma linha sequer por escrito, o código penal que rege a vida nas prisões não pode ficar sujeito ao contraditório das sociedades democráticas. A punição é aplicada de imediato com severidade draconiana, para servir de exemplo, impor disciplina e coibir a disseminação da barbárie. Nas leis do crime, o certo e o errado não deixam margem a dúvida — não existe zona cinzenta entre o preto e o branco.

Nas prisões femininas as leis são semelhantes, assim como a hierarquia é estabelecida pelo mesmo processo de competição e seleção natural, com a diferença de que o respeito a ela é mais frouxo. Quase por instinto de sobrevivência, a mulher é mais avessa à submissão aos superiores; desde criança aprende a subverter a ordem, de forma a moldá-la aos ensejos pessoais sem dar a impressão de rebeldia, se possível. Não fosse essa aversão ao domínio e a destreza em manipular a vaidade dos mais poderosos e dos defensores de interesses que as desagradam, ainda estariam confinadas ao lar, sem direito a voto e a ganhar a vida por conta própria.

A imposição de normas e as relações de mando, tão lineares entre homens presos, adquirem complexidade incomparável no caso das mulheres, porque as emoções entram em jogo com o mesmo peso da racionalidade. A líder aceitou a insubmissão de uma subalterna por ter reconhecido que a outra estava cega de ciúmes, portanto privada de discernimento. Um homem na mesma situação teria considerado ofensiva e contestadora tal atitude, portanto passível de punição exemplar.

Além do mais, um homem que em algum momento de crise confessasse estar à beira de um colapso nervoso jamais seria conduzido à liderança de um grupo de presidiários.

Essas reflexões, faço-as hoje, depois de onze anos de experiência na Penitenciária Feminina. Naquele primeiro dia de trabalho, contudo, fiquei tão desconcertado que comentei com uma das guardas da portaria:

— Preciso esquecer tudo o que aprendi nos meus dezessete anos em cadeias masculinas.